

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras individuais, acompanhadas das notas explicativas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, da FONTECRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A, (“Instituição”), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

COVID-19

Diante da Pandemia de Covid-19, agravada em março de 2020, a “Instituição” envidou os maiores esforços para limitar a necessidade de trabalho presencial, adotando estratégias para minimizar a exposição de colaboradores e clientes ao contágio e de forma a manter sua atividade econômica em igual nível percebido anteriormente ao período de contingência. De forma ágil, foi implementado e disponibilizado o acesso remoto aos sistemas necessários para a condução das atividades a todos os colaboradores e o percentual de, aproximadamente, 20% continuaram executando as atividades de forma presencial seguindo rigoroso cumprimento dos protocolos de segurança requeridos.

Em meio ao cenário de restrições como medidas de enfrentamento ao Coronavírus, implementadas mundialmente e no Brasil, o desempenho foi afetado pelos impactos da pandemia.

BALANÇO PATRIMONIAL (INDIVIDUAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de Reais)

ATIVO	Exercício	
	2021	2020
ATIVO	3.532	3.327
CIRCULANTE	2.071	1.855
Caixa e equivalentes de caixa	128	386
Operações de Crédito	1.868	1.447
Setor Privado	1.964	1.459
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(96)	(12)
Outros Créditos	75	22
Rendas a Receber	41	0
Adiantamentos e Antecipações Salariais	20	7
Outros Créditos	14	15
NÃO CIRCULANTE	1.461	1.472
REALIZÁVEL A LONGO PARAZO	1.316	1.389
Operações de Crédito	1.282	1.389
Setor Privado	1.319	1.399
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(37)	(10)
Outros Créditos	34	0
IRPJ/CSLL a Compensar	34	0
PERMANENTE	145	83
Outras imobilizações de uso	145	83
PASSIVO	Exercício	
	2021	2020
PASSIVO	3.532	3.327
CIRCULANTE	623	387
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	9	0
Obrigações Sociais e Estatutárias	105	123
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	114	156
Obrigações Trabalhistas	82	45
Fornecedores a Pagar	295	60
Credores Diversos - País	18	3
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.909	2.940
Capital Social	3.000	3.000
Reservas de Lucros	22	22
Lucros/(Prejuizos) Acumulados	(113)	(82)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO PERÍODO (INDIVIDUAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO PERÍODO	2º Semestre	Exercício	
	2021	2021	2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>2.362</u>	<u>4.015</u>	<u>2.345</u>
Operações de crédito	437	857	470
Operações de Venda ou Transferencia de Ativos Financeiros	1.925	3.158	1.875
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>(75)</u>	<u>(111)</u>	<u>(16)</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(75)	(111)	(16)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	<u>2.287</u>	<u>3.904</u>	<u>2.329</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(2.493)</u>	<u>(3.911)</u>	<u>(1.728)</u>
Receita de prestação de serviços	1.337	2.176	888
Despesas de pessoal	(657)	(1.208)	(644)
Outras despesas administrativas	(2.939)	(4.464)	(1.760)
Despesas tributárias	(244)	(416)	(215)
Outras Receitas Operacionais	10	11	4
Outras Despesas Operacionais	0	(10)	(1)
RESULTADO OPERACIONAL	<u>(206)</u>	<u>(7)</u>	<u>601</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	0	0	0
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	<u>(206)</u>	<u>(7)</u>	<u>601</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>30</u>	<u>(25)</u>	<u>(246)</u>
Imposto de Renda	17	(13)	(65)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	13	(12)	(53)
Ativo fiscal diferido	0	0	(128)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(176)	(32)	355
Lucro/(Prejuízo) por ação - 3.000.000 de ações	(0,05861)	(0,01053)	0,11834

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (INDIVIDUAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	2º Semestre	Exercício	
	2021	2021	2020
Resultado Líquido do Período	(176)	(32)	355
(+/-) Outros Resultados Abrangentes da Instituição:	0	0	0
(+/-) Outros Resultados Abrangentes de Participações Societárias p/Equivalência Patrimonial	0	0	0
Resultado Abrangente do Período	(176)	(32)	355

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (INDIVIDUAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de Reais)

Mutações do Patrimônio Líquido	Capital	Aumento de Capital	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Reservas de Lucros	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2019	2.000	0	(291)	0	1.709
Aumento de Capital	1.000				1.000
Lucros/(prejuízos) líquido do período			355		355
Destinações:					
Reserva Legal			(22)	22	-
Juros sobre o Capital Próprio			(123)		(123)
SalDOS em 31 de dezembro de 2020	3.000	0	(82)	22	2.940
Lucros/(prejuízos) líquido do período			(32)	0	(32)
SalDOS em 31 de dezembro de 2021	3.000	0	(114)	22	2.909
SalDOS em 30 de junho de 2021	3.000	0	62	22	3.085
Lucros/(prejuízos) líquido do período			(176)	0	(176)
SalDOS em 31 de dezembro de 2021	3.000	0	(114)	22	2.909

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO (INDIVIDUAL)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de Reais)

Demonstração dos fluxos de caixa	2º Semestre	Exercício	
	2021	2021	2020
<u>Fluxo de caixa das atividades operacionais</u>			
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	(176)	(32)	355
(+) Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	75	111	16
(+) Despesas de Depreciação e Amortização	15	26	10
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	128
<u>Variações nos Ativos e Passivos</u>			
Operações de Crédito	(149)	(425)	(1.642)
Rendas a Receber	(41)	(41)	0
Outros Créditos	(18)	(13)	(18)
Cobrança e Arrecadação Tributos e Assemelhados	(6)	9	(2)
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	(11)	(41)	140
Obrigações Trabalhistas	(8)	38	33
Fornecedores a Pagar	227	234	60
Credores Diversos - País	5	16	3
<u>Caixa gerado pelas atividades operacionais</u>	<u>(87)</u>	<u>(118)</u>	<u>(917)</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	25	(33)	20
Pagamento de IRRF sobre JCP	0	(18)	0
<u>Caixa líquido gerado pelas atividade operacionais</u>	<u>(62)</u>	<u>(169)</u>	<u>(897)</u>
<u>Fluxo de caixa das atividades de investimento</u>			
Aquisições de imobilizado	(36)	(89)	(77)
<u>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</u>	<u>(36)</u>	<u>(89)</u>	<u>(77)</u>
<u>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</u>			
Capital integralizado / (Redução de Capital)	0	0	1.000
<u>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>1.000</u>
<u>Aumento/(Diminuição) líquido no caixa e equivalentes a caixa</u>	<u>(98)</u>	<u>(258)</u>	<u>26</u>
<u>Caixa e equivalentes a caixa no começo do período</u>	226	386	360
<u>Caixa e equivalentes a caixa no fim do período</u>	128	128	386
<u>Aumento/(Diminuição) líquido no caixa e equivalentes a caixa</u>	<u>(98)</u>	<u>(258)</u>	<u>26</u>

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FONTECRED – SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A, (“Instituição”), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Lagoa da Prata/MG, na Avenida Getúlio Vargas nº 419 – bairro Américo Silva – CEP 35590-000, que tem como objeto social a prática de operações ativas e acessórias, inerentes à carteira de crédito e financiamento, de acordo com as disposições na Resolução CMN nº 4.656, de 26 de abril de 2018 e alterações posteriores. Seus controladores são: Gustavo Resende Ribeiro e Henrique Resende Ribeiro.

Em 27 de março de 2019 o Banco Central do Brasil (BACEN) por meio do Ofício 5934/2019-BCB/Deorf/GTBHO, publicado no DOU desta mesma data, Edição 59, seção 3 e página 35, aprovou a autorização para funcionamento. A Instituição iniciou suas operações a partir de setembro de 2019.

Ao final de março de 2020, em meio ao cenário de restrições como medidas de enfrentamento ao Covid-19, implementadas mundialmente e no Brasil, o desempenho de 2020 e de 2021 foi afetado pelos impactos da pandemia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Estas Demonstrações Financeiras foram Aprovadas pela Administração em 25 de fevereiro de 2022.

As demonstrações financeiras da Instituição estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19, Resolução BCB nº 2/2020 e da Circular BCB nº 3.959/19.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades em moeda nacional, que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Estimativas contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, da provisão para créditos de liquidação duvidosa e da provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Instituição revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.

d) Ativo circulante e realizável a longo prazo:

(i) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **Títulos e valores mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos

em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

(ii) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa: As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H(perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

e) Permanente: Imobilizado: Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment): É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período.

g) Passivo circulante e exigível a longo prazo: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do período.

h) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável as instituições financeiras e assemelhadas. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

i) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de Dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias,

as seguintes condições: - Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência. - Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

<u>Descrição</u>	<u>2º Semestre</u>	<u>Exercício</u>	
	<u>2021</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>
Saldos no início do período	226	386	360
Disponibilidades	128	128	386
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa		128	386
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(226)	(258)	26

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

a) Composição por tipo de operação de crédito:

<u>Tipo de Operação de Crédito</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>
Financiamento - Setor Privado	2.792	2.517
Empréstimos - Setor Privado	491	341
Total da Carteira	3.283	2.858
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(133)	(22)
Total da Carteira Líquida	3.150	2.836
Realizável a Longo Prazo	1.319	1.389

b) Composição da carteira por tipo de cliente:

<u>Tipo de Cliente</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>
Pessoas Físicas	3.187	2.645
Pessoas Jurídicas	96	213
Total da Carteira	3.283	2.858
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(133)	(22)
Total da Carteira Líquida	3.150	2.836
Realizável a Longo Prazo	1.319	1.389

c) Composição da carteira por vencimento, considerando as parcelas dos contratos:

	2021	2020
	Valor	Valor
Total a vencer		
Vencidos	99	19
até 3 meses	550	405
de 4 a 12 meses	1.315	1.017
de 1 a 3 anos	1.319	1.289
Acima de 3 anos	0	128
Total da Carteira	3.283	2.858
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(133)	(22)
Total da Carteira Líquida	3.150	2.836
Realizável a Longo Prazo	1.319	1.389

d) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco:

2021					
Classificação de Risco	Empréstimos e Financiamentos	Total da Carteira	% Risco	PCLD	
A	2.774	2.774	0,5	(13)	
B	156	156	1,0	(2)	
C	126	126	3,0	(4)	
D	73	73	10,0	(7)	
E	48	48	30,0	(14)	
F	22	22	50,0	(11)	
G	7	7	70,0	(5)	
H	77	77	100,0	(77)	
Totais	3.283	3.283		(133)	

2020					
Classificação de Risco	Empréstimos e Financiamentos	Total da Carteira	% Risco	PCLD	
A	2.676	2.676	0,5	(13)	
B	113	113	1,0	(1)	
C	36	36	3,0	(1)	
D	16	16	10,0	(2)	
E	17	17	30,0	(5)	
Totais	2.858	2.858		(22)	

e) Resultado das operações de crédito:

Descrição	2º Semestre	Exercício	
	2021	2021	2020
	Valor	Valor	Valor
Rendas de empréstimos	63	107	92
Rendas de financiamentos	374	750	378
Total	437	857	470

f) Movimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Descrição	2º Semestre	Exercício	
	2021	2021	2020
	Valor	Valor	Valor
Saldos no início do período	(58)	(22)	(6)
Constituição	(75)	(111)	(16)
Total	(133)	(133)	(22)

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(7)	(7)	601	601
(+) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	111	111	16	16
(+) Outras despesas indedutíveis	15	15	15	15
(-) Juros sobre o capital próprio	0	0	(123)	(123)
Lucro Real antes da compensação de prejuízos fiscais	119	119	509	509
Compensação de prejuízos fiscais	(36)	(36)	(153)	(153)
Lucro real após a compensação de prejuízos fiscais	83	83	356	356
Aliquota de 15%	13	12	(53)	(53)
Aliquota adicional de 10%	0	0	(12)	0
Total Imposto de Renda e Contribuição Social	13	12	(65)	(53)

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- Capital social: O Capital social é de R\$ 3.000.000 (três milhões de reais) e estão representadas por 3.000.000 (três milhões) de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.
- Reservas de lucros: A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.
- Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no §3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

8. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Receitas de prestação de serviços:

Descrição	2º Semestre	Exercício	
	2021	2021	2020
		Valor	Valor
Confecção de Cadastro - Pessoa física	1.219	2.040	867
Confecção de Cadastro - Pessoa jurídica	44	62	21
Outras - Corretagem de Seguro Prestamista	74	74	0
Total	1.337	2.176	888

b) Despesa de pessoal:

Descrição	2º Semestre	Exercício	
	2021	2021	2020
	Valor	Valor	Valor
Honorários da Diretoria	19	38	12
Despesas de pessoal - benefícios	66	122	79
Despesas de pessoal - encargos sociais	123	237	121
Despesas de pessoal - proventos	347	670	353
Despesas de pessoal - treinamentos	102	141	79
Total	657	1.208	644

c) Outras despesas administrativas:

Descrição	2º Semestre	Exercício	
	2021	2021	2020
	Valor	Valor	Valor
Despesas de Água, Energia e Gás	12	14	3
Despesas de Aluguéis	125	193	69
Despesas de Comunicações	65	96	43
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	15	29	19
Despesas de Material	14	16	23
Despesas de Processamento de dados	463	711	637
Despesas de Promoções e relações públicas	40	59	15
Despesas de Propaganda e publicidade	64	127	21
Despesas de Serviços do sistema financeiro	980	1.251	162
Despesas de Serviços de terceiros	519	884	301
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	8	13	1
Despesas de Serviços de técnicos especializados	372	671	334
Despesas de Transportes	79	98	21
Despesas de Viagens - País	51	89	9
Depreciações e amortizações	15	26	10
Outras despesas administrativas	117	187	93
Total	2.939	4.464	1.761

d) Despesas tributárias:

Descrição	2º Semestre	Exercício	
	2021	2021	2020
	Valor	Valor	Valor
Despesas com COFINS	148	247	130
Despesas com PIS	24	40	21
Imposto sobre Serviços Prestados (ISS)	67	109	44
Despesas Tributárias	5	20	20
Total	244	416	215

9. GERENCIAMENTO DE RISCOS

a) Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, Mercado e Crédito. A INSTITUIÇÃO, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557/17, possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados, cujas classes principais são: risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez e risco de taxa de juros da carteira bancária. Complementarmente, a INSTITUIÇÃO conta também com estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a necessidade de capital para face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios. **b) Gerenciamento de capital:** a INSTITUIÇÃO avalia a adequação de seu Patrimônio de Referência (PR) para fazer face aos riscos assumidos em suas operações com base nos modelos padronizados estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. A estrutura responsável pelo gerenciamento de capital da INSTITUIÇÃO é adequada à complexidade de suas operações. **c) Risco de mercado:** os instrumentos financeiros da INSTITUIÇÃO são classificados como carteira de não negociação (carteira bancária). A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do Risco de Mercado atua por meio de normativas, metodologias e limites condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da INSTITUIÇÃO. **d) Risco de crédito:** o processo de crédito, desde a proposição e captura dos dados cadastrais até o encaminhamento para cobrança, é suportado por sistema integrado de fornecedor terceiro. O monitoramento contínuo da exposição ao risco de crédito ocorre tanto em nível individual quanto em nível agregado de operações com características semelhantes, visando a detecção tempestiva de indícios de deterioração da qualidade da carteira. **e) Risco de liquidez:** a INSTITUIÇÃO trabalha com níveis de liquidez (“colchão”) para horizontes de curto e longo prazo, e análise constante de sua adequação para fazer face aos descasamentos do fluxo de caixa. **f) Risco operacional:** a análise qualitativa de riscos é realizada por meio do mapeamento de processos, que consiste em levantar e documentar o fluxo das principais atividades da INSTITUIÇÃO, de modo a obter os elementos necessários para identificação e análise dos riscos inerentes. Informações adicionais relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos estão disponíveis no Relatório de Gestão de Riscos.

GUSTAVO RESENDE RIBEIRO
Diretor Geral e de Contabilidade

SILAS DE MELO FURTADO
Diretor

LUIZ FERNANDO MESSIAS BISPO
CONTADOR – CRC 1SP105235/O-6



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Senhores - Diretores e Acionistas da
FONTECRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A
São Paulo SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **FONTECRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A** (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FONTECRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à “sociedade”, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da “Sociedade” é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da “sociedade” é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a “sociedade” continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a “Sociedade” ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da “Sociedade” são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da “Sociedade”.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da “Sociedade”. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a “Sociedade” não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais de deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2022.

VENEZIANI AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP013744/O-1

ALCINDO TAKACHI ITIKAWA
CONTADOR CRC 1SP088652/O-9